



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP SP

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO – CRP 06.

**Aos Ilmos.(as) Srs.(as)
Presidente(a) e Diretores(as) Executivos(as) do
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO/SP**

Administração Regional de São Paulo - CNPJ: 37.115.433/0001-00
Rua Arruda Alvim, 89 - Jardim América, São Paulo – SP.
CEP: 05.410-020.

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do
Conselho Regional de Psicologia da 6ª região –
CRP 06.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRP 06** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2021, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2020, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/DF 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/MG 010483/O-9

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
1.2 Metodologia	3
1.3 Técnicas de Abordagem	4
1.4 Fontes de informação.....	4
1.5 Estudo e Avaliação dos Controles Internos	4
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	6
2.2 Matriz de Risco	6
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS	7
3.1 Ativo Circulante	7
3.2 Ativo Não Circulante.....	12
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS.....	14
4.1. Passivo Circulante.....	14
4.2 Patrimônio Líquido	16
5. CONTAS DE RESULTADO	17
6. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
7. CONCLUSÃO.....	18

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Regional de Psicologia – CRP SP**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Exercício Social de 2021, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 45 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

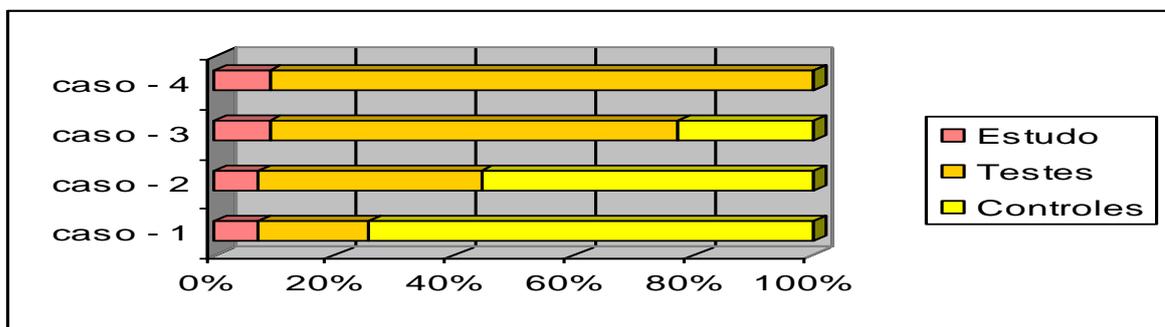
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2021, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa. Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos				
Orçamentário	Grande 5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante 4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado 3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno 2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante 1	1	2	3	4	5
Operacional		1	2	3	4	5
Gestão						
Regulação						
Processos						
Licitações						
Recursos Humanos						
Contábil						
Serviços						
Fornecedores						
Despesas						
Receitas						

Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
< 10%	>=10% <= 30%	30% <= 50%	50% <= 90	>90%

PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem conseqüências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **84,2%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVOS	SALDOS				Variação		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período		Período		2021 x 2020			
	Atual (R\$)	A/V (%)	Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVOS	39.338.622,85	84,2	30.326.846,36	74,0	9.011.776,49	29,7	Alto	Alto
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.122.653,32	62,3	22.764.286,04	55,5	6.358.367,28	27,9	Alto	Alto
Créditos a Curto Prazo	9.462.438,94	20,2	6.503.972,25	15,9	2.958.466,69	45,5	Alto	Alto
Anuidades do Exercício PF	15.857.975,03	33,9	14.750.956,29	36,0	1.107.018,74	7,5	Alto	Baixo
Anuidades do Exercício PJ	605.491,42	1,3	1.006.170,15	2,5	-400.678,73	-39,8	Baixo	Alto
Fundo de Seções	-111.431,36	-0,2	129.566,14	0,3	-240.997,50	-186,0	Baixo	Alto
(-) Ajuste de Perdas de	-6.889.596,15	-14,7	-9.382.720,33	-22,9	2.493.124,18	-26,6	Relativo	Alto
Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	408.282,71	0,9	499.674,65	1,2	-91.391,94	-18,3	Baixo	Relativo
Estoques	256.738,58	0,5	186.802,82	0,5	69.935,76	37,4	Baixo	Alto
VPD pagas Antecipadamente	88.509,30	0,2	372.110,60	0,9	-283.601,30	-76,2	Baixo	Alto

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujos saldos respondem pela quase totalidade do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo. Ressalta-se o incremento do saldo de caixa e equivalentes do Regional, que tem variado proporcionalmente ao seu Resultado Acumulado, demonstrando que parte considerável dos superávits dos exercícios têm sido alocados nesses meios circulantes.

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ Procedimentos de Auditoria

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos envolveu os controles internos na área contábil por meio da validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em

contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com o razão contábil.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Chamamos a atenção à gestão dos recursos financeiros do CRP 06 em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparado a taxa referencial de juros (SELIC). Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos: os desempenhos dos produtos aplicados e alternativas no mercado com mesmo grau de risco adotado pela política interna da entidade sobre as aplicações financeiras, objetivando maior desempenho financeiro das suas aplicações.

3.1.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza as principais operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
3. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;
4. Relação contendo nome e números de registro de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
5. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;

6. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ **Constatações**

Antes de adentrar ao estudo que realizamos nos sistemas estruturantes e suas informações em contraposição aos saldos contábeis, gostaríamos de destacar a ocorrência de eventos incomuns nas contas patrimoniais de créditos a receber, quais sejam: a existência de contas com saldos divergentes de sua natureza.

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.503.972,25D	113.431.447,38	110.472.980,69	9.462.438,94D
1.1.2.2.1.04 - Fundo de Seções	129.566,14D	692.328,77	933.326,27	111.431,36C
1.1.2.9.1.01 - (-) Provisão para Devedores Duvidosos	0,00	283.741,12	0,00	283.741,12D

Conforme demonstrado acima, a conta 1.1.2.2.1.04 – Fundo de Seções, que se destina a registrar os valores recebíveis dessa natureza pelo fato gerador, apresenta saldo credor, ou seja, numa leitura personalíssima dessa informação, seria como se o Regional estivesse devendo valores de fundo de sessão aos profissionais (esse fato, caso ocorresse, seria um passivo, e não ativo). Já a outra ocorrência de saldo invertido ocorreu na conta PDD, que se caracteriza por ser conta retificadora do ativo, ou seja, deveria apresentar saldo credor. Entretanto seu saldo final é devedor. Tais incompatibilidades refletem possíveis parâmetros inadequados nas regras de contabilização utilizadas pelo Regional.

Ainda em relação aos valores registrados nas contas de Créditos a Receber, gostaríamos de destacar o fato registrado pela Nota Explicativa nº 1, cujo teor passamos a transcrever:

Com relação a apropriação das receitas decorrentes das anuidades do ano de 2021 e de anos anteriores estas eram apropriadas, desde 2007, com base a um sistema denominado SISCAF responsável pelos dados cadastrais e financeiros, e que por configuração não era integrado com a contabilidade e nem com o financeiro gerando inconformidade/não confiabilidade, quanto a composição dos saldos de Dívida Ativa Administrativa e Executiva. Na data de 02 de setembro de 2021 com a aquisição de um novo sistema, licitado via Conselho Federal, os dados do sistema SISCAF foram migrados para o novo sistema denominado Cadastro Financeiro BRC, que também por característica de desenvolvimento não está integrado à contabilidade e nem ao financeiro e apresenta dificuldades de gerar relatórios (tais como Mapa de Arrecadação) para o financeiro e contabilidade. As receitas de anuidades do ano de 2021 e anos anteriores foram registradas na contabilidade, manualmente, através da apuração via extrato bancário. Esta forma de trabalho provocou o atraso no fechamento da prestação de contas, cuja data limite era de 31 de março de 2021, mas ficou garantida a exatidão dos recursos em bancos. Com relação a Dívida Ativa Administrativa e Executiva o novo sistema ainda não gerou relatórios, com exatidão, que possam demonstrar a composição dos valores a receber data de 31 dezembro de 2021 com os devidos cálculos de principal, juros e multas. (grifo nosso)

Portando, conforme informado pelo Regional, a partir de 02 de setembro de 2021 os registros passaram a ser realizados no sistema Cadastro Financeiro BRC, sendo que tais informações não foram repassadas para os auditores, o que significa que só tivemos acesso às informações que compreendem o período de janeiro a agosto, constantes no SISCAF.

Mister consignar que dos documentos solicitados, obtivemos resposta tão somente em relação aos itens 1, 2 e 3, ainda assim de forma incompleta, tendo em vista a migração dos sistemas. Tais informações se referiam na sua grande maioria aos registros de arrecadação. Não recebemos os controles auxiliares que nos permitissem validar os saldos finais em 2021.

Em razão dessa escassez de informações para análise, tivemos que aplicar procedimentos de auditoria alternativos para, a partir da expertise de nossos auditores, obter o mínimo de evidência de auditoria para nos fornecer segurança razoável de que os saldos se encontram livres de distorção relevante. Buscamos essa segurança a partir do confronto entre as informações patrimoniais em contraposição às orçamentárias.

Ressaltamos que não tivemos acesso à Memória de Cálculo para mensuração das Perdas Estimadas, de forma que ficamos impossibilitados de opinar acerca da metodologia utilizada pelo Regional para reconhecimento das Perdas. Sobre o assunto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 9ª Ed) orienta:

Destaca-se que, a depender de limitações operacionais ou de sistemas, os entes da Federação poderão adotar metodologia distinta da apresentada neste Manual para a contabilização da Dívida Ativa e de seus ajustes para perdas. Nestes casos, contudo, a motivação e a metodologia de contabilização deverão ser apresentadas em Notas Explicativas. Ademais, a política contábil de registro deverá ser consistente, dando transparência a eventuais mudanças em metodologias que justifiquem a sua revisão.

Acerca da “consistência” da política contábil utilizada para a mensuração das Perdas, enfatizamos, que não foram apresentadas as informações solicitadas, o que nos impede de concluir pela consistência das premissas utilizadas. Comparativamente, em relação aos demais Regionais do CFP, o índice utilizado pelo Conselho de Psicologia da 6ª Região, de aproximadamente 43% dos Créditos a Receber, encontra-se dentro de uma margem de razoabilidade. Essa constatação realizada através de *benchmark*, embora não elimine o risco de distorção, reduz sobremaneira a possibilidade de desvios excessivos na metodologia aplicada.

As contas de créditos a receber e dívida ativa do Não Circulante e suas retificadoras, as Perdas Estimadas, se mostraram desproporcionais, pelo menos na forma como vêm sendo contabilizado. Replicamos abaixo a configuração dessas contas constam no Balancete:

CONTA	SALDO
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.890.367,82D
1.2.1.1.2.01 - Anuidades de exercícios anteriores	30.715.294,44D
1.2.1.1.3.01.01 - Créditos de Dívida Ativa Administrativa a receber	28.687.348,05D
1.2.1.1.6.01.01 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Administrativa	44.161.921,82C
1.2.1.1.3.01.02 - Créditos de Dívida Ativa Executiva a receber	11.337.482,68D
1.2.1.1.6.01.02 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Executiva	24.687.835,53C

A partir das informações constantes no quadro acima, pode-se perceber que o valor da Provisão¹ para Perdas de Dívida Ativa Administrativa supera a quantia de créditos recebíveis a esse título, assim como a provisão para Dívida Ativa Executiva. Já para os créditos de anuidades de exercícios anteriores, parece não haver estimativa de perdas.

¹ O termo provisão não deve remeter a elementos do ativo, como ajuste para perdas de recebíveis, por exemplo. (MCASP – 8ª Ed)

Tal inconsistência, embora se manifeste na “forma” e não na “essência”, merece a devida atenção e saneamento, uma vez que a informação contábil deve-se revestir de clareza, atributo de característica qualitativa imprescindível para a apropriada apresentação das demonstrações contábeis.

Como informado no início deste tópico, não recebemos a relação contendo nome e números de registro no CRP de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido, o que limita o aprofundamento nas análises desses valores.

Da mesma forma, não foi possível obter evidência de que vem sendo reconhecida atualização monetária, juros, multas e outros encargos incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa. Tais valores devem ser incorporados ao valor original inscrito, de acordo com o regime de competência.

✓ **Opinião**

A partir dos testes de auditoria aplicados, e pelas constatações realizadas, e, ainda, considerando as limitações que tivemos para realizar uma análise minuciosa sobre os saldos apresentados, concluímos que não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os saldos de Créditos a Receber encontram-se livres de distorção relevante. Em verdade, as constatações apontam para a existência de fragilidades nos controles internos existentes. E as distorções existentes, caso haja, são relevantes, já que envolvem quantias representativas da exposição patrimonial do Regional, e generalizadas, pois envolvem informações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial. No caso das informações patrimoniais, essas constam tanto na parcela Circulante como Não Circulante do Balanço Patrimonial.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS E VPD ANTECIPADAS

O grupo congrega valores diversos, não classificáveis nas demais contas do Ativo Circulante. Em sua maioria é composto por valores entregues à terceiros, cuja compensação ou prestação de contas se dará em até 12 meses.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2021 e 2020, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais e confrontamos as informações contábeis com os controles auxiliares.

✓ **Constatações**

Os saldos mantidos guardam coerência com os controles auxiliares. Ressaltamos, entretanto, que os valores registrados nessas contas se trata de valores concedidos a terceiros, sobre os quais, no mais das vezes, ainda não há o direito adquirido por parte do beneficiário ou há necessidade de prestações de contas (por se tratar de adiantamentos, principalmente sobre folha de pagamento). Portanto, é possível que nos “ajustes de contas” realizados, sejam apurados valores a serem ressarcidos.

✓ **Opinião**

Os controles internos relacionados aos valores registrados nas contas nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados.

3.1.4 ESTOQUES

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais são solicitados mediante requisições que viabilizam a entrega física e o controle, devidamente inventariado ao final do exercício.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, todavia, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos.

✓ **Constatações**

Os Bens de Consumo existentes no Almojarifado do Regional são controlados conforme Relatório de Itens em Estoque, e verificamos que o saldo constante no controle auxiliar está conciliado com o valor constante nas Demonstrações Contábeis.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **15,8%** da exposição ativa.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	2021 x 2020 R\$	A/H (%)		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	7.399.621,62	15,8	10.667.564,66	26,0	-3.267.943,04	-30,6	Relativo	Alto
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.890.367,82	4,0	4.848.834,51	11,8	-2.958.466,69	-61,0	Baixo	Alto
Anuidades de Ex. Anteriores	30.715.294,44	65,7	14.319.014,91	34,9	16.396.279,53	114,5	Alto	Alto
Dívida Ativa	40.024.830,73	85,6	16.504.975,82	40,3	23.519.854,91	142,5	Alto	Alto
(-) Ajuste de Perdas de Dívida	-68.849.757,35	-147,3	-25.975.156,22	-63,4	-42.874.601,13	165,1	Alto	Alto
Imobilizado	5.345.651,65	11,4	5.673.887,74	13,8	-328.236,09	-5,8	Relativo	Baixo
Bens Móveis	3.357.893,15	7,2	3.212.450,31	7,8	145.442,84	4,5	Baixo	Baixo
Bens Imóveis	8.758.362,98	18,7	8.758.362,98	21,4	0,00	0,0	Relativo	Nula
(-) Depreciação Acumulada	-6.770.604,48	-14,5	-6.296.925,55	-15,4	-473.678,93	7,5	Relativo	Baixo
Intangível	163.602,15	0,4	144.842,41	0,4	18.759,74	13,0	Baixo	Relativo

3.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O grupo consolida os valores de Créditos inscritos em Dívida Ativa a Receber.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Para validar os registros realizados tanto no sistema orçamentário como patrimonial, analisamos os registros de recebimentos de valores inscritos em Dívida Ativa (com discriminação de valor original, multas, juros e atualização monetária), assim como analisar as novas inscrições realizadas no exercício sob análise. De forma a obter evidência de auditoria acerca do total de profissionais inscritos, os valores recebidos e as novas inscrições, a fim de validar o saldo no início do exercício.

✓ **Constatações & Opinião**

Em relação aos valores inscritos em Dívida Ativa, aplicam-se as mesmas conclusões em relação aos Créditos a Receber, descritas no item 3.1.2 do presente Relatório.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado representa praticamente a totalidade do saldo do ativo não circulante. Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos relacionados.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Livro registro de Inventário e Estoques em Almoxarifado.
2. Relatório da comissão inventariante.
3. Relatório de bens adquiridos ou alienados/baixados a qualquer título durante o exercício sob nosso exame, contendo data, número de tombamento, discriminação do bem e valor.
4. Livro Registro do Inventário do Imobilizado, ou relatório do sistema de controle patrimonial.
5. Termos de responsabilidade dos setores/departamentos/regionais envolvidos no controle patrimonial.
6. Laudos de avaliação do imobilizado, caso haja.
7. Relatório da Comissão Inventariante do Imobilizado.
8. Relatórios /Mapas de Depreciação do Ativo Imobilizado.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

O Regional adota o modelo de custo de aquisição para mensuração após o reconhecimento. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Analisamos a movimentação das contas do Imobilizado em contraposição à relação de baixas e incorporações de ativos do exercício e constatamos que estão conciliadas. Verificamos que a Relação Bem Patrimonial por Grupo está conciliada com os saldos consignados no Balanço Patrimonial.

✓ **Opinião**

Os controles internos existentes se mostraram suficientes para controlar os riscos inerentes ao controle do acervo de bens móveis do Regional.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **9,8%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação negativa de **R\$ 301.732,14** equivalentes a um decréscimo de **6,2%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
PASSIVO CIRCULANTE	4.567.635,43	9,8	4.869.367,57	11,9	-301.732,14	-6,2	Baixo	Baixo
Obrigações Trabalhistas	2.243.134,77	4,8	2.095.504,81	5,1	147.629,96	7,0	Baixo	Baixo
Obrigações Fiscais	150.364,44	0,3	97.390,69	0,2	52.973,75	54,4	Baixo	Alto
Obrigações a Outros Entes	217.430,43	0,5	73.987,79	0,2	143.442,64	193,9	Baixo	Alto
Provisões a Curto Prazo	312.572,54	0,7	416.998,54	1,0	-104.426,00	-25,0	Baixo	Alto
Demais Obrigações	1.644.133,25	3,5	2.185.485,74	5,3	-541.352,49	-24,8	Baixo	Alto

4.1.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Folha de Pagamento do Regional.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados regularmente.

Verificamos que o Regional realiza a apropriação mensal dos valores da Folha de Pagamento, reconhecendo o passivo a pagar pelo fato gerador, que é o momento em que a obrigação trabalhista é gerada. reconhece os valores de Férias e 13º Salário proporcionalmente à ocorrência do fato gerador.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (DEMAIS OBRIGAÇÕES)

A manutenção de saldos no encerramento do exercício é consequência direta do cronograma de desembolso ou programação financeira, o que leva, no mais das vezes, à inscrição das despesas empenhadas e não pagas em “Restos a Pagar”.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Solicitamos ao Regional o Controle de Contas a Pagar (Fornecedores), discriminando os saldos individuais por credor e por data de vencimento, a fim de obter evidência apropriada acerca do reconhecimento dos valores em Demonstrações Contábeis.

✓ **Opinião**

Realizamos testes através de exame da documentação de suporte para os registros contábeis e não evidenciamos qualquer irregularidade, sendo que os saldos representam de forma apropriada a posição do grupo na data do balanço.

4.1.3. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Representa as obrigações tributárias do Regional, seja com os encargos sobre folha de pagamento, seja com demais impostos retidos de terceiros ou tributos diversos a recolher.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Os valores mais relevantes no grupo são relacionados a IRRF e INSS a recolher, portanto as apurações foram cotejadas com os Resumos de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, onde já havíamos aplicado testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento.

✓ **Constatações**

Constatamos que o IRRF, INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados regularmente.

4.1.5. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Empresa.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 25 e NBC T SP 03 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. As contingências são classificadas entre prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

A fim de validarmos o saldo existente, solicitamos o Relatório de Causas em que o Regional figura como réu, com os respectivos valores e a possibilidade de desfecho.

✓ **Constatações**

Por meio de circularização enviada aos assessores jurídicos da empresa, obtivemos o Relatório de Valores em Ações Judiciais, contendo as causas em que a entidade figura no polo passivo.

Conforme Relatórios dos Advogados, a soma dos valores de causas em que o Regional figura como réu com expectativa de desfecho desfavorável classificada como “provável” chega a aproximadamente R\$ 1.168.276,96, quantia bem superior aos R\$ 312.572,54 provisionados no Passivo Circulante.

✓ **Opinião**

De acordo com as evidências obtidas, julgadas apropriadas e suficientes, foi possível concluir que os saldos registrados no Balanço Patrimonial apresentam distorções relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis. De forma que o controle interno em uso se mostrou insuficiente para atender a necessidade do Regional.

4.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **90,2%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				Variação 2021 x 2020		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
Resultados Acumulados	42.170.609,04	90,2	36.125.043,45	88,1	6.045.565,59	16,7	Alto	Relativo
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.170.609,04	90,2	36.125.043,45	88,1	6.045.565,59	16,7	Alto	Relativo

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. CONTAS DE RESULTADO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a unidade regional apresentou um superávit no montante de R\$ 6.045.565,59.

Examinamos as contas de despesas administrativas, despesas institucionais, de serviços de terceiros e convênios. Através de amostra selecionada procedemos o exame dos documentos hábeis que servem de suporte documental aos registros contábeis realizados. Averiguamos para cada despesa a autorização para realização, natureza, competência, valor, fornecedor contratado e liquidação (atesto) e pagamento.

Para as contas de receitas de contribuição e receitas de transferências, promovemos a análise por meio das contas de Variação Patrimonial Aumentativa em contraposição ao movimento registrado nas contas do Ativo Circulante (Banco e Créditos a Receber) e nas contas de natureza orçamentária. Através de nossas análises não identificamos inconsistências nos exames realizados.

6. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Constatamos que a Estrutura das Demonstrações Contábeis do Regional, especialmente em relação ao Balanço Patrimonial, apresentou a seguinte desconformidade em relação ao que preceitua os normativos existentes e as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil:

a) Ausência de apresentação dos Saldos do Exercício Anterior no Balanço Patrimonial

Na apresentação do Balanço Patrimonial não foram apresentados, para fins de comparabilidade (característica imprescindível da informação contábil), os saldos contábeis relativos ao período anterior.

Essa obrigação “formal” para as Demonstrações Contábeis encontra-se expressamente prevista nos itens 53 e 54 da NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de 18 de outubro de 2018:

A menos que uma norma permita ou exija de outra forma, a entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente.

7. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 19 (dezenove) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Federal de Psicologia – CFP**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

São Paulo/SP, 24 de outubro de 2023.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/MG 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”SP

Sócio Sênior



Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”SP



Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”SP



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE



CEP 50.050.290



(81) 3338.3525

www.audimec.com.br